

João Bernardo Antunes de Azevedo Guedes

**DIREITO FUNDAMENTAL
À BOA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA: análise da
gestão e condução dos
certames licitatórios**

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2019

Copyright © 2019 by João Bernardo Antunes de Azevedo Guedes

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

G924d

Guedes, João Bernardo Antunes de Azevedo
Direito fundamental à boa administração pública : análise da gestão e condução dos certames licitatórios / João Bernardo Antunes de Azevedo Guedes. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.

164 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 137-147.

ISBN 978-85-519-1554-7

1. Administração pública. 2. Certame licitatório. 3. Direitos fundamentais. 4. República. 5. Características nacionais brasileiras. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

1161410

Sumário

Nota Prévia ao Prefácio	1
Prefácio	3
Introdução	7
1º O Direito Fundamental do Cidadão à Boa Administração Pública na Condução dos Certames Licitatórios	17
1.1 A Previsão do Direito Fundamental à Boa Administração Pública na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	21
1.2 O Direito Fundamental do Cidadão à Boa Administração Pública no Ordenamento Jurídico Pátrio	25
1.3 A Lisura no Certame Licitatório como Requisito para uma Boa Administração	32
2º A República, o Neorepublicanismo e o Contexto Contemporâneo no Brasil	39
2.1 A Liberdade Como “Não Interferência”	45
2.2 O Interesse Particular na <i>Res Publica</i>	50
2.3 A Falta de Voz Ativa do Povo nas Decisões dos Seus Representantes e o “Simulacro Constitucional”	55

3º Apontamentos Gerais sobre as Licitações	59
3.1 Histórico.....	62
3.2 Modalidades.....	65
3.3 Princípios Norteadores.....	75
3.4 Atos de Má Gestão na Condução de Certames.....	78
4º A Origem das Práticas Desviantes nos Certames que Atentam contra o Republicanismo Brasileiro	87
4.1 Desatendimento do Dever Fundamental de Solidariedade.....	87
4.2 A Imoralidade Administrativa e a Banalidade do Mal.....	94
4.3 O Menosprezo à Seriedade: o Sarcasmo ao “Caxias”.....	97
4.4 Uma Questão Histórica: Patrimonialismo, a Malandragem e o Subterfúgio do “Jeitinho Brasileiro”.....	102
5º A Não Efetividade de Direitos Fundamentais Decorrente da Má Gestão na Condução dos Certames	109
5.1 Escassez de Direitos Fundamentais Decorrente de Atos de Má Gestão e Vedação ao Retrocesso.....	111
5.2 O Esvaziamento do Sentimento Constitucional.....	116
5.3 A “Iconização” do Povo Brasileiro.....	120
Considerações Finais	123
Referências	137